

XV Encontro Nacional de Economia Política

Seções Ordinárias

Área 7: Trabalho, Indústria e Tecnologia

Subárea 7.1: Mundo do Trabalho

Abordagens Dualistas para o Trabalho Associado: elementos para uma crítica

Dione Conceição de Oliveira (UFRJ)

RESUMO: O objetivo deste artigo é discutir algumas abordagens sobre o papel de formas de trabalho não assalariadas, mais especificamente do trabalho associado, no sistema capitalista. Apesar da discussão sobre o trabalho associado ser relativamente recente, o tema de formas “atípicas” ou distintas do assalariamento já ocupou muito espaço nos debates acadêmicos, principalmente até a década de 1980. Tratando o trabalho associado de uma forma atípica, não se poderia deixar de considerar que esta discussão não é nova, mas adquiriu novos contornos com a crise econômica brasileira que se instala principalmente a partir de meados da década de 1980. Entende-se que o trabalho associado é parte constituinte do conjunto do sistema capitalista ainda que se apresente formalmente de maneira externa àquele. Não há como o trabalhador associado levar a cabo sua atividade de forma autônoma em relação ao mercado.

Abordagens dualistas para o *trabalho associado*: elementos para uma crítica

1. Introdução

O objetivo deste artigo é discutir algumas abordagens sobre o papel de formas de trabalho não assalariadas, mais especificamente do trabalho associado, no sistema capitalista. Apesar da discussão sobre o trabalho associado ser relativamente recente no Brasil, o tema de formas “atípicas” ou distintas do assalariamento já ocupou muito espaço nos debates acadêmicos, principalmente até a década de 1980¹. Tratando-se o trabalho associado de uma forma atípica não se poderia deixar de considerar que esta discussão não é nova, mas adquiriu novos contornos com a crise internacional do capital que se instala a partir de meados da década de 1960 com seus desdobramentos para a América Latina e para o Brasil. Com este objetivo, será feito um resgate de como as teorias latino-americanas refletiram esta questão, isto é, a convivência entre formas assalariadas e não assalariadas. Neste resgate foi feito um corte cronológico que reflete também a mudança de contexto diante do qual tais teorias foram gestadas, isto é, até a década de 1980 e depois dos anos 1990. Este recorte reflete assim a crise do padrão de desenvolvimento brasileiro bem como o avanço do neoliberalismo que atinge o Brasil a partir da década de 1990.

Existem diferentes termos e conceitos em pauta, entre eles o de cooperativa² e empreendimento autogestionário³ e outros, que, apesar de diferentes, retratam em certa medida situações nas quais o trabalhador de forma coletiva, isto é, associado com outros na mesma situação desenvolve conjuntamente uma atividade produtiva com o objetivo imediato, e não necessariamente único, de obter uma remuneração. Adotou-se neste artigo o termo **trabalho associado**, pelo fato deste traduzir a idéia de relações de trabalho em que os participantes encontram-se em igualdade de condições, sem que uma pessoa exerça mais poder que as outras. Portanto, não importa a forma jurídica do estabelecimento, o que importa é a existência de uma organização de trabalho que ocorra nestes moldes. Ainda que existam diferentes formas de abordagem do trabalho associado, este pode

¹ Debate abordado do item 2 deste trabalho.

² A lei Brasileira exige um mínimo de 20 associados para que a cooperativa obtenha seu registro legal. Sabe-se que a natureza do trabalho associado não está restrita à forma jurídica da cooperativa, uma vez que vários estabelecimentos que não cumprem os requisitos legais para cooperativa, não se registram como tal, mas se organizam desta mesma forma. Além disso, a intenção é não trabalhar com a restrição de unidades legais, mas todas composta por associados. No Brasil, a Lei de Cooperativa existe desde 1971 (Lei nº 5764). Entretanto, o “boom” das cooperativas ocorre principalmente a partir de 1994, quando entrou em vigor a Lei nº 8949. Esta acrescenta ao artigo 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), um parágrafo que declara a inexistência de vínculo de emprego entre a cooperativa e seus associados, bem como entre a empresa que contrata a cooperativa e os cooperativados.

³ Termo utilizado por Valle (2002) para empresas cujo capital é distribuído entre os trabalhadores da empresa, e, além disso, o trabalho é programado e controlado pelos trabalhadores.

ser definido essencialmente como aquelas formas de trabalho levadas a cabo pelos próprios trabalhadores.

O contexto histórico de surgimento do cooperativismo foi a Revolução Industrial de fins do século XVIII, período no qual as condições dominantes de exploração da força de trabalho não garantiam efetivamente a reprodução desta. O ritmo e a jornada de trabalho extenuante, o excesso de esforço físico, as péssimas condições físicas e ambientais dos espaços de trabalho, as péssimas condições de moradia, vestuário e alimentação, a precarização das situações familiares com o ingresso de mulheres e crianças no mercado de trabalho, tudo isso levava à degradação física e moral da sociedade, além da alta mortalidade dos trabalhadores. (TEIXEIRA, 2002, p. 20).

Surgido historicamente neste período de constituição da classe operária na Inglaterra dos séculos XVIII a XIX, como reação à perda do controle sobre o processo de trabalho pelo qual passaram os trabalhadores mediante a situação de submissão a um patrão detentor dos meios de produção, o pensamento cooperativo clássico tem como principais representantes Saint-Simon, Charles Fourier, Louis Blanc e Robert Owen⁴. (THOMPSON, 1987) O que reúne os autores citados é o sentimento de revolta pela desagregação social provocada pelo individualismo desenfreado que entrava em conflito com os valores sociais estabelecidos até então. A forma na qual os autores promoviam a ruptura prática com a sociedade capitalista centrava-se, entretanto, tão somente na vontade dos agentes em aderirem às experiências propostas, o que circunscreve tais experiências ao âmbito da crítica moral. Seria a boa vontade e a participação de todos a origem da reforma da sociedade.

O contexto em que foram gestadas as primeiras experiências de trabalho associado no capitalismo são marcadamente diferentes das experiências contemporâneas no mundo e no Brasil. Naquele caso constituíram forma de reação ao processo de disseminação das relações sociais capitalistas e suas conseqüências sociais. Ao longo do século XX, as cooperativas se disseminaram e acabaram sendo incorporadas nas sociedades não como uma alternativa mas como uma variação jurídica dentro das empresas capitalistas. Não é de estranhar que isto tenha ocorrido, pois o capital desde a sua gênese coexiste e até impulsiona formas distintas do assalariamento. Ainda que o capitalismo tenha se consolidado e tornando o modo de vida existente centrado na relação salarial, ela não é a única relação através da qual o trabalho pode ser realizado.

⁴ São conhecidos também como socialistas utópicos. Receberam este título de Engels para mostrar a ambigüidade das idéias e propostas de seus representantes e de seus projetos irrealizáveis e incapazes de superar as instituições e a ideologia da sociedade que repudiavam. (TEIXEIRA, 2002, p. 28)

Contemporaneamente, as experiências de trabalho associado são alavancadas pelo contexto de crise da relação salarial⁵. Assim, no caso brasileiro mediante o esgotamento do padrão de desenvolvimento substitutivo de importações que se manifesta mais claramente na década de 1980 através de baixo crescimento econômico⁶ e conseqüente baixo crescimento do número de vagas no mercado formal de trabalho⁷, o tema trabalho associado tem adquirido importância teórica e política crescente. Neste panorama, à primeira vista, a ampliação das experiências de trabalho associado⁸ reflete a necessidade de criação de ocupação remunerada para aqueles que não têm emprego e que não se habilitam à obtenção de benefícios disponíveis dentro da rede de seguridade social existente. Reflete também o estímulo da própria dinâmica capitalista para a criação e contratação de cooperativas como estratégia das empresas de redução dos seus custos⁹.

Sendo assim, como resultado da estratégia individual dos trabalhadores de buscar alternativas de ocupação seja como trabalhadores por conta própria, isoladamente, ou em associação com outros na mesma posição, as cooperativas têm apresentado um significativo crescimento nos últimos anos. Segundo a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho), entre 1996 e 2007, verificou-se um crescimento acumulado no número de cooperativas de 118,0%, estando registradas 23.197 no ano de 2007.

Neste contexto, surge a partir da segunda metade da década de 90, um movimento de promoção de iniciativas de trabalho associado, chamado de “Economia Solidária”. Segundo Nascimento (2004: p. 1), este termo caracteriza o “*conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com um certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade*”. Entretanto, consideramos que mais do que um termo que reúne tipos de empreendimentos em sua definição, trata-se de um movimento político. Lima (2009, p.14) resume da seguinte forma:

⁵ A crise da relação salarial foi assunto amplamente estudado por autores nacionais e estrangeiros. Pode-se citar, por exemplo, para o caso brasileiro, Pochman (2001), em que o autor apresenta o debate sobre as transformações recentes ocorridas no mundo do trabalho, tais como a ampliação do desemprego no Brasil e no mundo, as mudanças ocupacionais e os impactos no emprego da divisão internacional do trabalho.

⁶ As décadas de 80 e 90 apresentaram respectivamente um crescimento real médio do PIB (Produto Interno Bruto) de 1,6% e 2,6%, e o período 2001-2005 cresceu em termos reais 2,2%. Entre 1991 e 2000, a América Latina apresentou um crescimento real médio de 3,4% ao ano. (Banco Mundial, Press Release, Washington, abril 2004)

⁷ A taxa média de desemprego aberto nas seis regiões metropolitanas captadas pela PME-Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE saiu de um patamar de 4,8% em 1991, para 7,1% em 2002. Segundo a mesma pesquisa, a participação dos empregados com carteira de trabalho assinada caiu de 56,0% em 1983, para 45,0% em 2005.

⁸ A quantificação do trabalho associado não é fácil nem imediata. Apenas através de um mapeamento das bases de dados possíveis e disponíveis no Sistema Estatístico Nacional é que se pode fazê-lo, uma vez que as fontes não fornecem isoladamente um conjunto complexo de informações. A RAIS foi escolhida por se tratar da única fonte que dispõe de uma série longa para empreendimentos desta natureza, ainda que possua limitações. Além do problema do conceito de cooperativa ser restrito, pelo fato de se tratar de um registro administrativo, estão informadas apenas os estabelecimento que possuem registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), portanto, apenas as empresas formalizadas.

⁹ A “Cartilha sobre cooperativas de trabalho” elaborada por José Pastore para a CNI é um forte indicativo do incentivo à formação de cooperativas por parte do empresariado, (PASTORE, 2001).

O crescimento de cooperativas e fábricas recuperadas, veio acompanhado, por um lado, por denúncias de fraude e formas de assalariamento disfarçado no bojo de estratégias empresariais de redução de custos, e de outro pela constituição de entidades de apoio às cooperativas e empresas recuperadas que, posteriormente vão se inserir no movimento que passa a ser conhecido como Economia Solidária, a partir da segunda metade da década de 90. A proposta da Economia Solidária tem no trabalho em cooperativas e empresas autogestionárias o ‘núcleo duro’ de um projeto de sociedade socialista, justa e igualitária. Além de garantia de ocupação e renda, a proposta recupera a perspectiva do trabalho enquanto elemento emancipador, sem eliminar o mercado.

A convivência de formas não assalariadas e até de *superexploração* da mão-de-obra, com relações especificamente capitalistas de produção não são novidade dentro do capitalismo, principalmente no que se refere ao capitalismo periférico como é o caso brasileiro. Este tema já foi amplamente debatido na literatura brasileira e latino-americana. Neste debate tomaram corpo diversas teses como, por exemplo, a da *heterogeneidade estrutural* e a da *marginalidade*. Contemporaneamente com a mudança de contexto econômico e político, a partir da década de 1990, “com o assalariamento não sendo para todos, a integração econômica dos restantes passou a depender de sua capacidade de empresariamento espontâneo e improvisado”. VALLE (2002, p. 24) Neste contexto, proliferaram-se as teses a respeito da Economia solidária e popular

Com a finalidade de dar conta do conjunto de interpretações possíveis sobre a heterogeneidade das formas de trabalho no contexto brasileiro, o conjunto de abordagens levantado foi dividido em duas partes: de um lado, aqueles que refletem sobre as formas não assalariadas até basicamente a década de 1980, e que inserem tais formas no debate mais geral da dependência, da heterogeneidade estrutural e da marginalidade; e de outro lado, aqueles que, a partir da década de 1990, abordam especificamente o trabalho associado tendo como mote o contexto de crise no mundo do trabalho e propõem uma interpretação da sua natureza frente o capital.

2. O debate do desenvolvimento desigual: entre dualismo e integração

2.1. O dual-estruturalismo

A literatura latino-americana, até a década de 1980, contemplou as formas não assalariadas essencialmente a partir de duas maneiras. De um lado, os que concebem tais formas como inseridas numa realidade marcada pela dualidade e pertencentes ao setor “atrasado” da economia, no qual se inserem as atividades de baixa produtividade, em oposição ao setor “moderno” composto por

atividades de maior intensidade tecnológica; e, de outro lado, os que entendem que tais formas além de serem geradas pelo próprio processo de acumulação se encontram articuladas a ele.

Na visão da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), na economia mundial existem papéis diferenciados para “centro” e “periferia”, e o subdesenvolvimento devia ser analisado a partir do contexto de inserção internacional “periférica”. Esta seria centrada na idéia de existência de uma desvantagem comparativa dinâmica da especialização em produtos primários. Tal desvantagem consistiria na tendência à deterioração dos termos de troca, isto é, no fato dos produtos exportados por países subdesenvolvidos terem baixo valor agregado, tendo de ser produzidos em grandes quantidades para adquirir em troca bens industrializados com maior intensidade tecnológica.

Como desdobramento da sua inserção internacional, internamente, o desenvolvimento “periférico” realizado a partir de estruturas econômicas e institucionais subdesenvolvidas, gerava tendências perversas nestas economias: o desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos, a inflação e o desemprego. O primeiro destes problemas ocorria pelo fato das exigências de importação serem crescentes com a industrialização, e, incompatíveis com a capacidade de geração de divisas de uma pauta de exportações concentrada em poucos produtos de baixa elasticidade de demanda. Assim, a tendência crônica ao desequilíbrio se dava pela própria continuidade do processo de industrialização que ampliava as necessidades de demanda por importações. O segundo problema relatado, a inflação, também era fortemente influenciado pelo desequilíbrio do balanço de pagamentos e por demais insuficiências no processo de industrialização, como por exemplo, de transportes e energia, e a produção de alimentos. Como as políticas restritivas do FMI eram repelidas por retardarem o desenvolvimento, a medida admitida pelos desenvolvimentistas era alterar as condições estruturais que provocavam a inflação, e isso deveria ser feito mediante um esforço planejado e contínuo de crescimento. O terceiro problema, o desemprego, resultava da incapacidade tanto das atividades exportadoras como das atividades “modernas” de absorverem o excedente de mão-de-obra. Para que estas últimas absorvessem os desempregados seria necessária uma taxa de crescimento que representava um grande desafio, uma vez que o setor moderno era pequeno e adotava tecnologia poupadora de mão-de-obra.

Nos anos de 1960 houve amplo debate a respeito do processo de desenvolvimento ocorrido até então mobilizado por aspectos como: dificuldades de manutenção do ritmo de crescimento, mais especificamente, restrições de importações e pressões inflacionárias; debate político e ideológico intenso estimulado inclusive pela Revolução Cubana de 1959; bem como pelo fato cada vez mais claro de que o processo de urbanização/industrialização ocorria com empobrecimento e favelização, demonstrando a incapacidade do sistema em absorver a força de trabalho nas atividades produtivas modernas. Esta última questão, a que consiste na mais importante para os nossos propósitos, começa

a se constituir como um aspecto cada vez mais premente e, portanto como um objeto de estudo relevante, qual seja, a baixa absorção dos contingentes de mão-de-obra à economia moderna ¹⁰. (BIELSCHOWSKY, 2000)

Uma das teses é a de Celso Furtado, para o qual a má distribuição de renda seria responsável por orientar a estrutura produtiva na direção de um padrão de industrialização poupador de mão-de-obra reforçando assim a concentração de renda, pois a industrialização prosseguia para estágios e setores mais intensivos em capital que requeriam proporcionalmente cada vez menos mão-de-obra, ao mesmo tempo em que exigiam cada vez mais mercado consumidor. Esta situação geraria uma tendência simultânea à queda da taxa de lucro, à redução da participação dos salários na renda e à falta de mercado consumidor para os novos produtos, portanto uma tendência à estagnação. (FURTADO, 1966)

Em primeiro lugar, a tese de Celso Furtado foi vencida pelos acontecimentos, uma vez que a década de 1970 não apresentou a estagnação apontada pela sua argumentação. Em segundo lugar, Tavares & Serra (2000) realizaram uma crítica contundente a sua interpretação de que a dualidade não era funcional ao desenvolvimento ¹¹. No artigo citado dos dois autores afirmavam que no estilo de dinamismo brasileiro a concentração de renda reajustava a estrutura de demanda na direção da estrutura produtiva existente, ampliando o consumo das classes médias e altas e ampliando o excedente para financiar a acumulação. Assim, as economias latino-americanas podem ser dinâmicas apesar de conterem graves injustiças sociais.

No caso brasileiro, em particular, apesar de que a economia tem-se desenvolvido de modo extremamente desigual, aprofundando um conjunto de diferenças relacionadas com consumo e produtividade, logrou-se estabelecer um esquema que possibilita a geração de fontes internas de estímulo e expansão, que confere dinamismo ao sistema. Neste sentido, pode-se dizer que enquanto o capitalismo brasileiro desenvolve-se de maneira satisfatória, a nação, a maioria da população, permanece em condições de grande privação econômica, e isso, em grande medida, devido ao dinamismo do sistema, ou ainda ao tipo de dinamismo que o anima. (TAVARES & SERRA, 2000, p. 593)

Outra visão crítica gerada ao final da década de 1960 foi a de Aníbal Pinto em sua tese sobre a “heterogeneidade estrutural”. Segundo Pinto (1979), formou-se com a industrialização uma

¹⁰ Bielschowsky (2000, p. 39) delineia três pontos básicos em torno dos quais se aglutinaram as reflexões no âmbito da CEPAL. Em primeiro lugar, a interpretação de que a industrialização não havia conseguido proporcionar à maioria da população os benefícios do desenvolvimento. Em segundo lugar, a idéia de que a industrialização não havia eliminado a vulnerabilidade externa e a dependência, mas sim alterado o seu perfil. Em terceiro lugar, a idéia de que tanto a “marginalização” de populações quanto a vulnerabilidade externa provocam obstrução do processo de desenvolvimento.

¹¹ Trabalho publicado inicialmente em dezembro de 1971.

estrutura produtiva que pode ser decomposta em setor primitivo, setor moderno e setor intermediário, sendo que o primeiro apresenta produtividade abaixo da média, o segundo as mais altas produtividades e o intermediário com produtividade próxima à média. No final da década de 1960, o otimismo quanto à homogeneização da estrutura produtiva havia desaparecido, na medida em que a aceleração do desenvolvimento não se auto-sustentou, a dependência em relação ao exterior apenas mudou de aparência, e em que houve uma concentração dos frutos do progresso técnico em nível social e regional. Ou seja, em vez de homogeneização, ocorreu aprofundamento da heterogeneidade.

A heterogeneidade estaria fundada agora também em periferias criadas pelo próprio processo de desenvolvimento. As regiões avançadas criam sua “periferia interna”, ou seja, a “marginalidade” urbana, isto é, os que se encontram dentro da área modernizada mas sem chegar a se integrar pelo emprego. Esta “periferia interna” teria funções que se assemelham mais às de um “exército de reserva”. As relações estabelecidas entre a “periferia interna” e o setor “moderno”, podem ser análogas às estabelecidas entre o “centro” e a “periferia” em nível internacional, podendo ocorrer através de alguns ou de todos os mecanismos principais de subordinação, quais sejam: as relações de troca nas quais a periferia compra manufaturados e vende bens primários; discriminação cambial, em que as exportações da periferia são pagas em divisas supervalorizadas; a transferência do excedente financeiro da periferia para o centro; e a desproporção na distribuição de investimentos públicos e privados. (PINTO, 1979, p. 53)

Apesar de reconhecer que o sistema não possui uma tendência homogeneizadora e de compreender que os pólos são determinados em um contexto único, não são “*compartimentos estanques nem ‘sistemas’*”, Pinto não consegue se desvencilhar de uma análise centrada na dualidade concebendo meramente de forma exploratória o que chamou de um “colonialismo interno”, formulação que reproduz para o âmbito interno a dinâmica centro-periferia.

Nas abordagens levantadas até aqui, no caso das teorias de origem dualista, cujo referencial é a escola “cepalina”, as formas não-assalariadas são resultado do desenvolvimento capitalista engendrado em uma estrutura econômica e institucional arcaica. Estas estruturas atrasadas só são definidas em função das estruturas modernas, sendo entendidas como paralelas, e, para alguns, como Celso Furtado e Aníbal Pinto, nocivas à continuidade do desenvolvimento. Ainda que as interpretações sejam relativamente diferenciadas dentro desta escola de pensamento, elas partem de parâmetros comuns, como por exemplo, a produtividade ou a exclusão do assalariamento formal para a definição dos dois pólos. Os dois setores (pólos), “centro” e “periferia”, são considerados de forma estanque: os de alta e os de baixa produtividade. Embora se tenha conseguido avançar com a

teoria da heterogeneidade estrutural, no sentido de que o próprio desenvolvimento capitalista cria suas periferias, não se superou a idéia de dualidade.

Contrariamente, a maior parte dos autores apresentados a seguir se preocupam em enfatizar o papel essencial que as atividades ditas não tipicamente capitalistas desempenham no processo de acumulação capitalista.

2.2. Da dualidade à funcionalidade

Francisco de Oliveira, em seu ensaio, “*Economia Brasileira: crítica à razão dualista*”, questiona a noção de “atraso” adotada pelo estruturalismo da CEPAL, pois, segundo ele, o próprio processo de acumulação capitalista brasileiro criou uma “periferia” não capitalista para garantir sua hegemonia num quadro em que sua base era razoavelmente pobre para sustentar a expansão urbano-industrial¹². O próprio desenvolvimento capitalista brasileiro implicou a manutenção de padrões não capitalistas de produção. Portanto, o informal, o marginal, etc. são complementares e não excludentes. O autor critica também os teóricos do subdesenvolvimento por defenderem que o setor terciário tem participação exacerbada no produto total brasileiro. Seria, portanto, uma característica dos países subdesenvolvidos o fato do setor de serviços ter uma participação prematuramente alta no Produto Interno Bruto (PIB). Em oposição a esta tese, o autor defende que os serviços cresceram e adquiriram elevada participação para atenderem às necessidades de formação de uma sociedade urbano-industrial, e seu perfil de baixa capitalização se deve à abundância de mão-de-obra, e também ao fato deste processo não ter sido precedido da construção de uma infra-estrutura urbana adequada. (OLIVEIRA, 1981, p. 30)

A indústria implantada requeria não só proporcionalmente menos mão-de-obra como também demandava um nível de complexidade de serviços que foi sendo oferecido através de mão-de-obra barata e de baixa capitalização, ocorrendo, portanto, expansão horizontal dos serviços. Neste contexto, tomaram terreno formas artesanais de produção como as oficinas de reparação de todos os tipos, onde predomina a informalidade das relações de trabalho. (Idem, p. 35)

A integração destes serviços com o processo de acumulação se deu pela expulsão de custos industriais para fora da indústria. A própria relação entre os estabelecimentos industriais e a contratação de pequenos estabelecimentos informais e de manutenção também representa uma

¹² Este argumento do autor é elaborado tanto para a agricultura quanto para os serviços. A manutenção de um padrão de relações institucionais trabalhistas no campo, e o maior exemplo disso é o fato da CLT só ter sido estendida ao campo na Constituição de 88, serviu como mecanismo de acumulação primitiva para a expansão urbano-industrial. No caso dos serviços, a demanda por sua ampliação que ocorreu com o processo de industrialização foi sendo atendida também por formas de trabalho não assalariadas de perfil familiar. O argumento da baixa capitalização é reforçado pelo fato dos Planos Estratégicos que orientavam a distribuição de investimentos públicos realizados por diferentes governos terem

externalização dos custos da grande empresa. São postos para fora da organização fabril as parcelas correspondentes aos serviços, como os custos de distribuição de mercadorias, por exemplo, na medida em que tais produtos, principalmente os de baixo valor agregado, são comercializados por ambulantes, pequenas mercearias, bazares, lojas, oficinas de reparos e de serviços pessoais. Esta análise feita por Francisco de Oliveira é, com algum reparo, extremamente adequada para a atualidade, uma vez que esta é a lógica inerente aos processos de terceirização e subcontratação. A diferença é que tal processo atingiu atualmente uma gama variada de atividades avançando também sobre as próprias atividades industriais e não mais apenas atividades auxiliares de serviços, levando então ao paroxismo a racionalidade apontada pelo autor.

Neste sentido, os serviços realizados à base da própria força de trabalho, que é remunerada a níveis baixíssimos, transferem permanentemente para as atividades econômicas capitalistas, uma fração do seu valor. Estes serviços tiveram, portanto, papel determinante na dinâmica do desenvolvimento capitalista caracterizado pela forte concentração de renda. (Ibidem, p. 32) A crítica à idéia do “inchaço” do setor de serviços bem como a proposta de inter-relacionar as formas não assalariadas, informais, etc., com a economia capitalista - no sentido de que não existem pólos, mas uma totalidade em que se articulam velho e novo em prol da acumulação de capital-, dão à interpretação de Oliveira um caráter seminal na literatura sobre desenvolvimento econômico brasileiro. Sob hegemonia de relações capitalistas, aquelas atividades estruturadas sob formas arcaicas ou aquelas típicas da informalidade urbana contribuíram para o processo de acumulação do capital, e, portanto, não foram nocivas a ele, em outras palavras, fazem parte da forma de ser do desenvolvimento brasileiro.

A análise de Kowarick (1981), diferente da de Oliveira, parte das formas de inserção dos grupos marginais na divisão social do trabalho, tendo como categoria explicativa principal a dinâmica da acumulação do capital. O estudo da marginalidade, segundo o autor, não pode se ater no âmbito da personalidade individual mas deve se situar no plano das relações sociais. Descarta-se portanto as análises pautadas pelo individualismo metodológico nas quais a situação do indivíduo é consequência de suas decisões maximizadoras racionalmente orientadas¹³. Segundo o autor, o conceito de marginalidade define um segmento da classe trabalhadora que se distingue do assalariado em estruturas produtivas não tipicamente capitalistas, porém com importância no processo de acumulação. Além disso, é a lógica estrutural de cunho capitalista, que, ao se expandir, recria as modalidades produtivas “arcaicas” (por exemplo, o artesanato e a indústria a domicílio),

tido como foco a atividade industrial bem como o aparato institucional criado a partir de 1930 ter sido centrado também na atividade industrial e na agropecuária.

criando também “novas” formas tradicionais na divisão social do trabalho (vendedores ambulantes, os trabalhadores autônomos ligados aos serviços de reparação e conservação, vigilância, limpeza e carga, empregos domésticos, e outras atividades mal definidas).

Estes tipos de trabalho não são apenas constantemente fecundados pelo sistema capitalista como também estão a ele estruturalmente articulados. É com estes cuidados que se pode usar o conceito de marginalidade para definir tais trabalhadores, ainda mais quando se tem em conta que, (...), guardam uma estreita aderência ao ciclo de expansão do capital, aparecendo no cenário econômico enquanto uma categoria classicamente definida como “exército industrial de reserva”. (KOWARICK, 1981, p. 83 /84)

Kowarick (1981) oferece uma importante contribuição ao conseguir “desmarginalizar” os ditos “marginais” chamando atenção para a necessidade de entender os contingentes que compõem este grupo como parte constituinte do sistema produtivo e impulsionada pelo seu próprio movimento de expansão. Entretanto, apesar de compreender que a “marginalidade” deve ser entendida em termos do processo de inserção no sistema produtivo, e isso supõe tipos de exploração distintos daqueles característicos da parcela integrada da classe trabalhadora, a explicação lógica do autor não vai além da função dos “marginais” no rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho e por propiciarem às camadas médias e altas a possibilidade de captar maior parcela do excedente econômico. (Idem, p. 84)

No trabalho de Souza (1999)¹⁴, “*Salário e emprego em economias atrasadas*”, se encontra explicitada uma tipologia para o estudo de formas não-assalariadas de trabalho. O autor classifica estas formas em dois grupos principais: aquele que abrange o conjunto de formas de organização mercantil simples, nas quais não haveria assalariamento permanente, estando aí incluídas as empresas familiares, os trabalhadores autônomos, os trabalhadores por conta própria subordinados, os pequenos vendedores de serviços e as empregadas domésticas; e o grupo de quase empresas capitalistas, nas quais apesar de utilizarem permanentemente mão-de-obra assalariada, o dono está envolvido no processo produtivo (o que não se trata de uma característica do que se entende como especificamente capitalista). Tais unidades possuem, de uma maneira geral, uma inserção intersticial no mercado.

A partir do pressuposto de que as atividades não tipicamente capitalistas estão de alguma forma subordinadas ao capital, uma vez que estão inseridas no modo de produção capitalista, o autor

¹³ Um exemplo é a teoria do capital humano, na qual os indivíduos escolhem sua formação e inclusive a área de atuação em função dos rendimentos esperados e assim planejam suas vidas, portanto, rendimentos inadequados derivam de más escolhas no passado. Um dos formuladores desta teoria é Mincer (1958).

citado busca particularizar como se dá essa inserção, tentando qualificar os diferentes graus de subordinação conforme a especificidade que caracteriza essas atividades.

Segundo este mesmo autor, a forma como o capital articula as diversas formas de organização dentro do modo de produção capitalista é extremamente relevante para as economias atrasadas. As atividades não capitalistas são consideradas pelo autor como refúgio da mão-de-obra. Estas formas de organização não constituem um modo de produção a parte, estão inseridas no modo de produção capitalista e, de alguma forma, subordinadas ao capital. O capital subordina de duas formas: uma indiretamente e outra diretamente. No primeiro caso, o núcleo capitalista, em seus movimentos de expansão e contração destrói e recria os espaços a serem preenchidos pela produção não tipicamente capitalista. O espaço econômico em que atuam estas unidades é determinado pelo núcleo capitalista. No segundo caso o capital se vincula diretamente à produção não capitalista através de laços de subcontratação. Estes, apesar de subordinados, se relacionam de forma externa como fornecedores, com o núcleo capitalista. Portanto, não é toda a produção não capitalista que será penetrada por organizações capitalistas da produção. O capital só tem interesse nestas atividades à medida que significam um volume de negócios que as torne atraentes e não como atividades dispersas. Conclui-se da interpretação do autor que nada acontece que o capital não queira, mesmo que nem todas as formas fora do núcleo capitalista não sejam necessariamente funcionais.

As abordagens realizadas por este conjunto de autores têm em comum o fato de entenderem que as formas não assalariadas, como quer que estes se refiram a elas (pequena propriedade mercantil, marginais, informais, etc), serem subsumidas à dinâmica de acumulação do capital. Para este grupo, as formas de trabalho assalariadas e não assalariadas são criadas em um mesmo contexto, e as últimas são inclusive úteis ao desenvolvimento capitalista.

3. O “novo dualismo” no debate recente sobre o trabalho associado: uma “outra” economia.

A discussão sobre o trabalho associado no pós anos 1990 adquire outra conotação. A literatura discutida anteriormente enquadrá-lo-ia a partir da temática do desenvolvimento desigual, da acumulação de capital, sob diferentes conceituações, trabalho informal, formas não assalariadas, marginalidade, etc. Parte dos trabalhos sobre a chamada “Economia Solidária” assume em geral um tipo de interpretação que repõe a dualidade, ou seja, estas experiências não seriam capitalistas, mas contrárias ao sistema. É inegável que esta mudança de referência está relacionada à mudança de contexto. No período posterior à crise do padrão de desenvolvimento brasileiro, havia claros sinais de que os informais e marginais não seriam absorvidos pela economia formal, senão cresceriam com

¹⁴ Tese de doutorado do autor defendida em 1980 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP

o aumento do patamar de desocupação ocorrido na década de 1990. Concomitante a tudo isso, a ideologia liberal que impera, defende que os indivíduos precisam buscar sua “empregabilidade” e que são eles próprios responsáveis pela sua situação. A “Economia Solidária” que surge como um movimento é assumida neste contexto como uma estratégia de política pública. Assim, não só as formas não assalariadas não tenderam a desaparecer como, em determinado contexto, passaram a ser incentivadas como meio de resolução do problema dos “excluídos”¹⁵.

Assim, o fortalecimento do trabalho autogestionário na cena contemporânea brasileira se deve ao contexto de crise discutido anteriormente e seus desdobramentos. Certamente, há formas diferenciadas de apreensão da forma cooperativa de acordo com o setor da sociedade a qual se pertence. Para as empresas capitalistas, trata-se tanto de um meio adequado para redução dos custos salariais como uma prática gerencial que busca focar na sua atividade principal terceirizando as atividades restantes. Para os trabalhadores, o trabalho associado que pode ocorrer através da cooperativa representa uma forma de sobrevivência diante da falta de alocação no mercado formal de trabalho.

Um dos autores que mais acredita nas dimensões, na importância e nos desdobramentos da cooperativa como unidade típica da “Economia Solidária”, é Paul Singer. Segundo ele, esta se constitui num modo de produção alternativo ao capitalismo:

A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo). (...) O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos. A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (...) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado

¹⁵ Ainda que o caso brasileiro seja bem diferente do francês, concordamos com Castel (1998) quando ele considera o termo “excluído” inadequado, pois os indivíduos não estão fora da sociedade, eles fazem parte dela: “Não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com o centro são mais ou menos distendidas: antigos trabalhadores que se tornaram desempregados de modo duradouro, jovens que não encontram emprego, populações mal escolarizadas, mal alojadas, mal cuidadas, mal consideradas, etc.”. O termo *desfiliação*, para o mesmo autor, é mais apropriado, pois diz respeito a trabalhadores que, apesar de desligados continuam dependendo do *centro*. (CASTEL, 1998, P. 568/569)

‘sobras’) também por critérios acertados entre todos os cooperadores. (SINGER, 2003, p.13) grifos do autor

A idéia do autor é que a adesão à economia solidária ocorre por contingência mas também como alternativa de luta consciente por parte dos trabalhadores contra o capitalismo. A crítica operária ao capitalismo teria como foco a ditadura do capital na empresa e o poder ilimitado conferido ao proprietário dos meios de produção. A cooperativa romperia a princípio com esta situação, assim como a desigualdade provocada pelo sistema e a tendência estrutural ao desemprego.

Contra-pondo-se às teses de que a cooperativa teria como destino necessariamente ou o sucesso, que implicaria na sua assimilação completa pelo capitalismo, ou então a desapareção¹⁶, o autor afirma que a Economia Solidária proporciona mudanças fundamentais, ela é portadora de uma outra lógica. Em primeiro lugar, o capital só pode ser eliminado quando os trabalhadores souberem praticar a autogestão. Em segundo lugar, a cooperação melhora as condições de trabalho, pois assumir o poder e participar das decisões é um passo importante na redenção humana. Em terceiro lugar, a economia solidária aumenta o poder de luta dos trabalhadores, pois ao menos diminui o Exército Industrial de Reserva. (idem, p.18)

O estabelecimento solidário possui competências no que se refere ao saber-fazer do bem ou serviço, mas carece de competências gerenciais. Esta última, para não se correr o risco de assumir a mesma forma de gestão capitalista, precisa ser adquirida dentro do próprio estabelecimento. Outro problema identificado é a limitação a recursos financeiros e ao crédito. Quanto a estas duas questões, o apoio tanto de incubadoras como de organismos governamentais ou não governamentais pode buscar sanar estas questões. Com ajuda, as experiências de economia solidária poderão tornar-se mais competitivas de forma a suplantarem os concorrentes capitalistas. Assim, o modo de produção solidário se imporia como o mais eficiente para desenvolver as forças produtivas. O apoio seria essencial para não levar o estabelecimento ou à extinção ou a tornar-se uma empresa capitalista. Mesmo admitindo a existência de cooperativas “degeneradas”, Paul Singer acredita que a maioria delas mantém-se fiel ao espírito dos pioneiros equitativos de *Rochdale*¹⁷.

¹⁶ Argumenta especificamente contra Rosa Luxemburgo, Beatriz Webb e Eduard Bernstein.

¹⁷ O formato que se tornou modelo para o cooperativismo foi aquele construído em 1844, em *Rochdale* na Inglaterra. Fundada por vinte e oito pobres trabalhadores, em geral tecelões de flanela que buscavam melhoria da sua situação econômica, através da comercialização a baixo custo de produtos necessários à sua sobrevivência, uma cooperativa de consumo, fundaram a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Esta sociedade propôs os principais aspectos doutrinários do cooperativismo, dentre eles o princípio da autonomia, ou seja, a independência de qualquer intervenção governamental e da classe dominante. (CULTI, 1999)

Coraggio (2003) concebe uma economia dual¹⁸ definida a partir da existência de uma Economia do Trabalho que é compreendida em confronto com a Economia do Capital. A primeira é vista pela lógica do trabalho e a segunda pela lógica do capital. A empresa capitalista é a forma elementar de organização microeconômica própria do capital, a unidade doméstica (UD) é a forma elementar de organização microssocioeconômica própria do trabalho.

A perspectiva analítica de Coraggio implica que a economia é entendida como estando partida em dois “mundos” com lógicas de reprodução diferenciadas. Ambas as formas de organização podem desenvolver sistemas de autoregulação, planejamento e representação de seus interesses e podem vincular-se a organizações político-partidárias e outras formas de agregação ideológica. Segundo o autor, a empresa capitalista que lembra o modelo weberiano, tendendo cada vez mais para a racionalização, é cada vez mais despersonalizada e tem como objetivo principal acumular, desconsiderando os efeitos nocivos desta acumulação, tais como a degradação ambiental e os desequilíbrios sociais. Por esta razão, é preciso que o Estado promova tendo em vista o interesse geral, formas socialmente mais eficientes e desejáveis como as contidas na *economia popular*.

O desenvolvimento de uma economia centrada no trabalho para satisfazer as necessidades de todos e mediada por diversas relações de solidariedade requer uma luta cultural contra o consumismo de uma sociedade capitalista, ampliando a necessidade de formas de produção e consumo baseadas na qualidade do trabalho e da vida em empreendimentos individuais, familiares e cooperativos e redes de compra e consumo que possibilitam melhores preços e qualidade.

O trabalho assalariado não é a única forma de realizar as capacidades de trabalho da UD; a economia do trabalho envolve uma gama variada de formas de realização das capacidades a fim de conseguir a produção e a reprodução da vida de seus membros. A UD utiliza seu fundo de trabalho constituído por todas as suas capacidades acumuladas como por exemplo conhecimentos formais e informais, bens, etc. Este fundo é realizado produtivamente através de bens e serviços produzidos pela própria família para seu uso (comida, cuidados, ritos, etc); através do trabalho mercantil ou independente (por conta-própria), ou como trabalho assalariado; como trabalho de formação (tempo de estudo e treinamento); como trabalho comunitário (participação em movimentos, trabalho voluntário, etc.). O ingresso monetário não é a única forma de obtenção dos produtos do trabalho alheio, isto pode ser feito através da troca e de regras de reciprocidade.

¹⁸ Segundo Valle (2002, p. 27), a interpretação de Coraggio “parece tender para uma espécie de ‘dualismo fraco’: setores quase autônomos e fechados em si mesmos, mas possuindo, apesar de tudo, algumas trocas acidentais e esporádicas, já que um não é mais arrastado pelo outro, nem este outro necessita absorver “capital humano” do primeiro.”

Essa economia popular emergente não reconhecida pelo estado ou condenada à ilegalidade, não garante a sobrevivência de todos, e requer-se uma aproximação sistêmica para transformar este todo caótico em um conjunto organicamente vinculado de produção e reprodução que volte a vincular o trabalho à satisfação das necessidades definidas historicamente por sociedades democráticas. (CORAGGIO, 2003, p. 90) grifos do autor

As interpretações levantadas, que surgem a partir da década de 1990 são propostas em um contexto posterior à crise do modelo de desenvolvimento brasileiro e de implantação da hegemonia do chamado “Consenso de Washington”. As versões de Singer e Coraggio repõem em certa medida a perspectiva dual da economia apesar de possuírem fundamentação teórica diferente¹⁹. Esse caráter paralelo é entendido tanto pelo potencial de construção de uma “outra” economia, quanto pela possibilidade de corrupção dos autênticos princípios cooperativistas e de solidariedade através da integração à dinâmica capitalista. Contrastam-se aí os desdobramentos propositivos dos antigos dualistas com os “novos cooperativistas” na medida em que os primeiros buscavam a homogeneização da estrutura produtiva e a generalização do assalariamento, enquanto os segundos propõem a manutenção e a proliferação de tais experiências como uma tentativa de amenizar os efeitos do desemprego e a pobreza e em prol da construção de uma outra sociedade de dentro do próprio capitalismo.

Na interpretação de Gaiger (2003) existe um distanciamento parcial da análise feita pelos dois autores citados anteriormente, na medida em que não considera que a existência do conjunto de experiências que compõe a Economia Solidária represente um modo de produção com todo o significado que possui esta categoria. Segundo Gaiger, sempre existiram no capitalismo formas secundárias de produção, e também a Economia Solidária tem este sentido. O autor faz uma discussão sobre transição de modos de produção para analisar esta tese:

A questão está em saber como o capitalismo atua ao fundo da cena, como tais formas existem e perduram, submetendo-se ou reduzindo sua vulnerabilidade diante do modo de produção. Ou ainda, como tais formas, a partir de seu lugar subalterno ou periférico, podem encetar movimentos de alargamento do seu próprio campo e da sua lógica interna, subtraindo-se em alguma medida, ao controle do capital. (GAIGER, 2003, p. 189).

¹⁹ Singer possui uma fundamentação baseada em uma interpretação de Marx e dos socialistas utópicos, tal como Owen. Coraggio por sua vez, tem como referenciais a idéia de *dom* ou *dádiva*, que tem como representante criador Marcel Mauss, além de Karl Polanyi pela explicitação dos princípios de reciprocidade, redistribuição e domesticidade que governam a economia além do princípio do mercado.

Sobre a adoção por parte das empresas de contratos de trabalho precários, ele acrescenta que se trata de variações “jurídico-formais” da relação assalariada que tem como objetivo a continuidade da acumulação²⁰. Mas a forma social da Economia Solidária seria contrária à forma social de produção assalariada; nesta o capital emprega o trabalho; naquela os trabalhadores empregam o capital; porém são formas conviventes. Desta forma, não seria correto segundo sua interpretação falar da economia solidária como algo que substitui as relações capitalistas. Assim:

A economia solidária não reproduz em seu interior as relações capitalistas, no melhor dos casos as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento. (Ibidem, p. 194)

Entretanto, o autor ressalta os trunfos do empreendimento autogestionário, entre eles: eliminação de parcela do excedente antes apropriada pelo patronato para fins privados e diminuição de custos de supervisão necessários quando há o antagonismo capital-trabalho; flexibilidade para realizar ajustes, não só para aumentos, mas para redução de retiradas; interesse dos trabalhadores em garantir o sucesso de empreendimento que implica em redução de desperdícios, inibição de absenteísmo e negligência. Mesmo assim, compreende que tais vantagens não prescindem da necessidade de um novo sistema de regulação para o seu sucesso.

O autor compreende enfim que a existência de um “outro” modo de produção depende da dissolução do modo de produção capitalista. E que muito embora no presente tais formas se expandam em momentos descendentes do ciclo de acumulação do capital ocupando lugar de forma subalterna nos interstícios do processo capitalista, cabe buscar formas propulsoras rumo a uma função mais ativa nos próximos ciclos históricos.

4. O Trabalho associado como “momento” do capital

As abordagens discutidas até aqui diferenciam-se pelo tratamento dispensado às formas não assalariadas e à gama complexa de relações aí engendradas, ora como formas paralelas de produção ora como formas inseridas na dinâmica de acumulação do capital.

A hipótese aqui defendida é de que mesmo as experiências atuais de trabalho associado autogestionário se encontram inseridas na dinâmica do capital. Contudo, considera-se que é preciso entender que, a respeito da dominância do modo de produção capitalista, não significa que o capital controle mecânica e absolutamente todas as relações sociais que se estabelecem na economia. A perspectiva aqui defendida busca superar a visão desta produção como totalmente disfuncional ou

²⁰ Conforme Gaiger (2002, p. 4/5)

completamente funcional para a acumulação do pólo dominante da economia. Trata-se portanto de entendê-la como “momento”, como parte deste processo, não como algo paralelo que eventualmente com ele se relaciona, ou seja, é parte constituinte deste sistema. Além disso, a heterogeneidade é marca do sistema capitalista. Mesmo nos países desenvolvidos não há completa homogeneidade dos modos de organização da produção de forma que se estabeleçam relações de produção idênticas em todas as atividades produtivas.

Como esclarece Azevedo (1984, p. 116):

Na verdade, a dominância do modo de produção capitalista não pressupõe, de forma alguma, que a articulação entre as diversas formas de produção se verifique de maneira harmônica ou “funcional”. Como já foi visto, o traço característico do desenvolvimento do capital é justamente a contradição que existe entre a expansão de formas tipicamente capitalistas e a sobrevivência de formas atípicas. **A noção de contradição permite também superar a idéia de que as formas subordinadas, ao não se constituírem em obstáculos ao capital – aliás se assim o fosse, tenderiam a ser destruídas -, são necessariamente funcionais a ele.** Grifos meus

Os estabelecimentos não assalariados emergem da combinação de estratégias individuais de sobrevivência contingenciadas por uma estrutura produtiva caracterizada pela abundância de mão-de-obra e sem alternativas duradouras de sobrevivência fora do trabalho. Ainda que a emergência destes empreendimentos necessariamente se subordine à dinâmica capitalista, cuja forma de sociabilidade está centrada no mercado, o papel de tais formas no processo de acumulação global capitalista deve ser qualificado.

Do ponto de vista individual, isto é, das unidades produtivas de trabalho associado isoladamente e na sua relação com as demais, existe uma variedade de possibilidades de vinculação. Existem estabelecimentos que se vinculam por laços de subcontratação, atendendo de forma mais clara às necessidades de valorização do capital. Outra modalidade está relacionada com estabelecimentos localizados na esfera da circulação (de dinheiro e de mercadorias), que também atendem às necessidades de acumulação de outra fração do capital, qual seja, o capital industrial, na medida em que (re)vendem produtos industrializados. Ambos os casos citados se encontram inseridos na dinâmica de produção e reprodução do capital, pois o processo de produção do capital é a unidade entre produção e circulação²¹.

²¹ Oliveira (2009) fez uma discussão completa sobre as possibilidades lógicas de vinculação das cooperativas com outras unidades capitalistas, explorando em termos lógicos o seu impacto na geração de mais valia para as empresas individuais e para o capital em termos globais.

Entretanto, a análise não pode se restringir aos aspectos individuais. Do ponto de vista mais amplo, a sociedade do capital como modo de dominação social abstrata calcado na valorização do valor, na busca incessante do lucro, também atinge indistintamente a todos. O trabalho associado, mesmo que se tenha como foco as experiências de gestão mais democráticas, não está separado desta lógica. Ainda que seja uma forma de luta contra a hegemonia do capital e possa ampliar capacidades políticas coletivas e individuais, deve resistir às pressões impostas pela lei do valor, isto é, pela ampliação constante do excedente.

A generalização da sociedade do capital implica que o conjunto dos trabalhadores está subordinado à lógica de produção de mais-valia, o que atribui à produção de valor o caráter de centralidade na totalidade das relações sociais. Não se trata de discutir apenas se este ou aquele processo está subsumido, pois uma vez generalizado o capitalismo a tendência é que todos estejam dentro, ou seja, praticamente inexiste uma produção isolada do sistema. Como assinala Fontes (2005), há uma diferença entre assalariamento e mercantilização da vida social. Ainda que determinado grupo tenha se mantido fora do assalariamento, não significa que tenham permanecido à margem do mercado capitalista. Além disso:

Para caracterizar algum grupo social como permanecendo fora do mercado seria necessário que ele fosse capaz de garantir sua subsistência independentemente das suas formas mercantis ou recorrendo a elas apenas de maneira acessória. A urbanização incessante e o conseqüente esvaziamento das regiões rurais reduziram drasticamente as condições de produção não mercantil da subsistência para a grande maioria da população” (FONTES, 2005, p. 25)

Neste sentido, também não há como conceber a “Economia Solidária” como uma alternativa, isto é, como um modo de produção à parte, como uma “outra” economia. Como lembra Fontes (idem, p.48):

Nos dias de hoje, com algumas exceções, praticamente todas as populações, em níveis e graus diferenciados, dependem de mercados. Mercado de trabalho, mercado de bens, mercadorias e serviços, mercados legais ou ilegais, formalizados ou informais.

Assim, a exterioridade do trabalho associado em relação do sistema capitalista é apenas aparente, pois este se converte em trabalho coletivo, submetido às tendências imperiosas do sistema produtivo tais como, ampliação da jornada de trabalho e redução do tempo de trabalho socialmente necessário. Sendo assim, sua exterioridade é meramente formal. A inexistência da relação

capital/trabalho não quer dizer que não exista a função capital, isto é, o impulso do valor que se valoriza.

5. Conclusão

Argumentou-se neste artigo que interpretações importantes sobre as formas atípicas de trabalho frente ao capitalismo, as concebem a partir de uma perspectiva dual, como se fossem conjuntos estanques com lógicas de funcionamento distintas.

A proposta analítica que tentamos desenvolver foi em primeiro lugar afirmar que é preciso considerar níveis de abstração diferenciados, isto é, os estabelecimentos tratados individualmente e a partir de uma totalidade ou do capital global.

De uma maneira geral, as análises se restringem ao nível individual, no sentido de mapear como se dá o relacionamento entre os diferentes tipos de empreendimentos, assalariados e não assalariados, informais e não informais. Diferentes níveis de inserção e tipos de participação podem ocorrer no processo de produção e circulação do capital. Ainda que seja relevante não é suficiente, pois os empreendimentos individuais reproduzem, de forma consciente ou não, a lógica de reprodução do capital, que impõe condições de manutenção destas unidades.

Do ponto de vista mais geral, do capital como modo de vida, praticamente não há situações em que determinado grupo se mantém “excluído”. Não há como o trabalhador associado levar a cabo sua atividade de forma autônoma. Neste sentido, o trabalho associado é tratado como parte constituinte do sistema capitalista.

6. Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Beatriz Regina Zago de. Algumas questões em torno da produção não capitalista urbana. Porto Alegre, **Ensaio FEE**, 4(2): 25-37, 1984.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos do pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

CORAGGIO, José Luis. Economia do trabalho. In Cattani, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CULTI, Maria N. Sócios do suor: cooperativas de trabalho. In: Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, VI ABET, 1999. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/3reg/07.DOC>. Acesso em agosto de 2006.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. **Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado**. São Paulo: Unicamp, IE, 1999. (Coleção Teses)

FONTES, Virgínia. **Reflexões impertinentes: história e capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

KOWARICK, L. F. F. . Capitalismo, Dependência e Marginalidade Urbana na América Latina: uma contribuição teórica.. **ESTUDOS CEBRAP**, n. 8, p. 77-96, 1981.

LIMA, Jacob Carlos (org). **Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado**. São Paulo: Anablume, 2007.

MINCER, Jacob. Investment in Human Capital and Personal Income Distribution. **The Journal of Political Economy**, Vol. 66, No. 4. (Aug., 1958), pp. 281-302

NASCIMENTO, Cláudio. A Autogestão e o “Novo Cooperativismo”. **Texto para Discussão**. Ministério do Trabalho. Brasília, maio de 2004.

OLIVEIRA, Dione C. de. O Trabalho Cooperativo: ruptura ou submissão aos desígnios do capital? In: XIV Encontro Nacional de Economia Política 2009, São Paulo. **Anais do XIV Encontro Nacional de Economia Política**. São Paulo: SEP, 2009.

OLIVEIRA, Francisco. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. São Paulo: CEBRAP/Vozes, 1981.

PASTORE, José. **Cartilha sobre cooperativas de trabalho**. Brasília, DF: CNI/RT, 2001.

PINTO, Aníbal. Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente. In: SERRA, José (org.). **América Latina: ensaios de interpretação econômica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PME. Pesquisa Mensal de Emprego. IBGE. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/srmv23pme.pdf. Acesso em agosto de 2006

POCHMAN, Márcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos eu o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

RAIS. Relação Anual de Informações Sociais. Brasil. MTE. Disponível em <http://www.rais.gov.br/>

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. IN: SINGER, Paul & Souza, André Ricardo de (org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Economia)

SOUZA, Paulo Renato Costa. **Salário e emprego em economias atrasadas**. São Paulo: Unicamp, IE, 1999. (Coleção Teses)

TAVARES, Maria da C. & SERRA, José. Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil. IN: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos do pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

TEIXEIRA, Aloísio. **Utópicos, Heréticos e Malditos**. São Paulo: Record, 2002.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa III: a força dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VALLE, Roberto (org.). **Autogestão: o que fazer quando as fabricas fecham?** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002